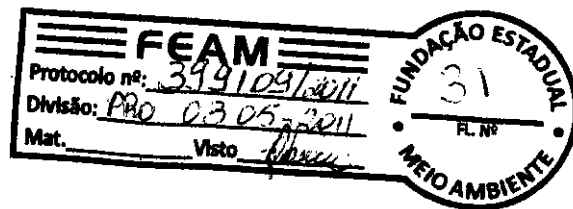




ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



| | |
|---|----------------|
| Autuado: MACIEL E ALKIMIN LTDA | |
| Processo nº 19481/2007/001/2010 | |
| Assunto: Auto de Infração nº 68355/2007 | |
| Tipo de infração: Grave | Porte: Pequeno |

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

O empreendedor em epígrafe foi autuado como incurso no inciso IV, artigo 86, do Decreto nº 44.309/06, pela seguinte irregularidade:

"Por operar uma fábrica de peças de ornatos e estruturas de cimento que se enquadra no contexto da Deliberação Normativa COPAM 74/04, em seu código B-01-06-6, como sendo atividade de pequeno porte classe 1. Sendo necessário para tal operação autorização ambiental de funcionamento emitida pelo órgão competente."

Ao autuado foi imposta a penalidade de multa, nos termos do artigo 61, inciso I, b, do Decreto 44.309/06.

O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado e o autuado recebeu o Auto de Infração em 08/11/2007.

O autuado apresentou defesa, protocolada tempestivamente em 28/11/2007, data do protocolo, conforme fls.06 dos autos, alegando em síntese que:

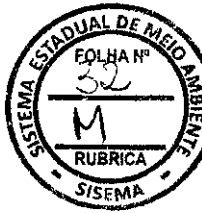
- o auto de infração não apontou com clareza especificações e detalhamento da infração, impedindo a recorrente de exercer seu direito de defesa;
- o fiscal responsável pela lavratura do auto de infração não é agente qualificado para tal, haja vista ser um soldado da Polícia Militar;
- a empresa possui alvará de licenciamento da Prefeitura para funcionar;
- o autuado não era ciente de que o seu empreendimento era considerado de impacto ambiental sujeito a obtenção de autorização de funcionamento;
- por fim requer o cancelamento da multa aplicada.

ANÁLISE JURÍDICA

O autuado não apresentou nenhum dado ou fato capaz de descaracterizar o auto em questão, demonstrando ter sido corretamente lavrado o Auto de Infração.

Primeiramente, insta salientar que o Decreto 44.309/06 assegura à Polícia Militar de Minas Gerais competência para fiscalização, bem como, para constatar o descumprimento do disposto na legislação ambiental.

Conforme previsão contida no art. 29 do referido Decreto a PMMG é órgão conveniado à FEAM, que desta recebeu delegação para os atos de fiscalização, e repressão às atividades lesivas ao meio ambiente. Não procedendo à alegação de incompetência do agente da Polícia Militar para lavratura de autos de infração.



No caso em tela, a PMMG responsável pela lavratura do Auto de Infração, realizou a vistoria na firma constatando que o empreendimento ocupa área de 800m², tem 14 operários diretos e 6 operários indiretos, possui depósito de areia e ferragens, depósito de pó de pedra, não possui ETE, possui 2 poços de captação de água.

Conforme Deliberação Normativa COMPAM 74/04, a atividade de fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento é considerada como atividade potencialmente poluidora do meio ambiente, estando sujeita à regularização ambiental junto ao Estado.

Constatou-se que o empreendimento ocupa área de 800m² com menos de 20 empregados, sendo o seu porte bem como seu potencial poluidor degradador considerado pequeno, chegamos à sua classificação como de classe 1.

Desta forma de acordo com a referida DN tal empreendimento está dispensado do processo de Licenciamento Ambiental, mas sujeito obrigatoriamente à Autorização Ambiental de Funcionamento.

No presente caso, o autuado possui apenas um "alvará de funcionamento" fornecido pelo Município de Cruzília, não apresentando a indicada Autorização Ambiental de Funcionamento expedida pelo órgão estadual competente, para execução de seus serviços.

Portanto, funcionando sem a devida AAF, expedida pelo órgão ambiental, e sem medidas adequadas de proteção ao meio ambiente, a autuada encontra-se à margem da legalidade, estando sujeita a sanções administrativas.

Dessa forma, diante de todas as constatações feitas no momento da ocorrência, e, de conformidade com os artigos 86, inciso IV, do Decreto nº 44.309/2006 foi lavrado o auto de infração nº68355/2007, com aplicação da penalidade de multa.

Quanto à alegação de não conhecimento da legislação ambiental, é preceito jurídico e legal que ninguém pode alegar desconhecimento da lei para deixar de cumpri-la ou para se eximir das consequências de seu descumprimento.

Analisando o auto de infração verifica-se que os fatos estão descritos corretamente, não se vislumbrando a existência de qualquer vício capaz de maculá-lo.

Por fim, o Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente a Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:



Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa"

Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada de R\$5.001,00 para R\$ 2.501,00 por ser a mais benéfica ao autuado.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto e diante da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM, e **opinamos pela manutenção da aplicação da penalidade de multa simples, com valor alterado para R\$2.501,00 (dois mil quinhentos e um reais)**, nos termos dos artigos 86, IV, do Decreto 44.309/06.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 03 de junho de 2011


Fernanda Alcântara Ribeiro
Analista Ambiental
OAB/MG 103756- MASP 1223853-1

Gustavo Chaves Carreira Machado
Procurador Chefe da FEAM
OAB/MG 90.644 – MASP 11205127